Patrimônio, Conflitos Ambientais e Urbanos em Duque de Caxias: O Caso da APA São Bento

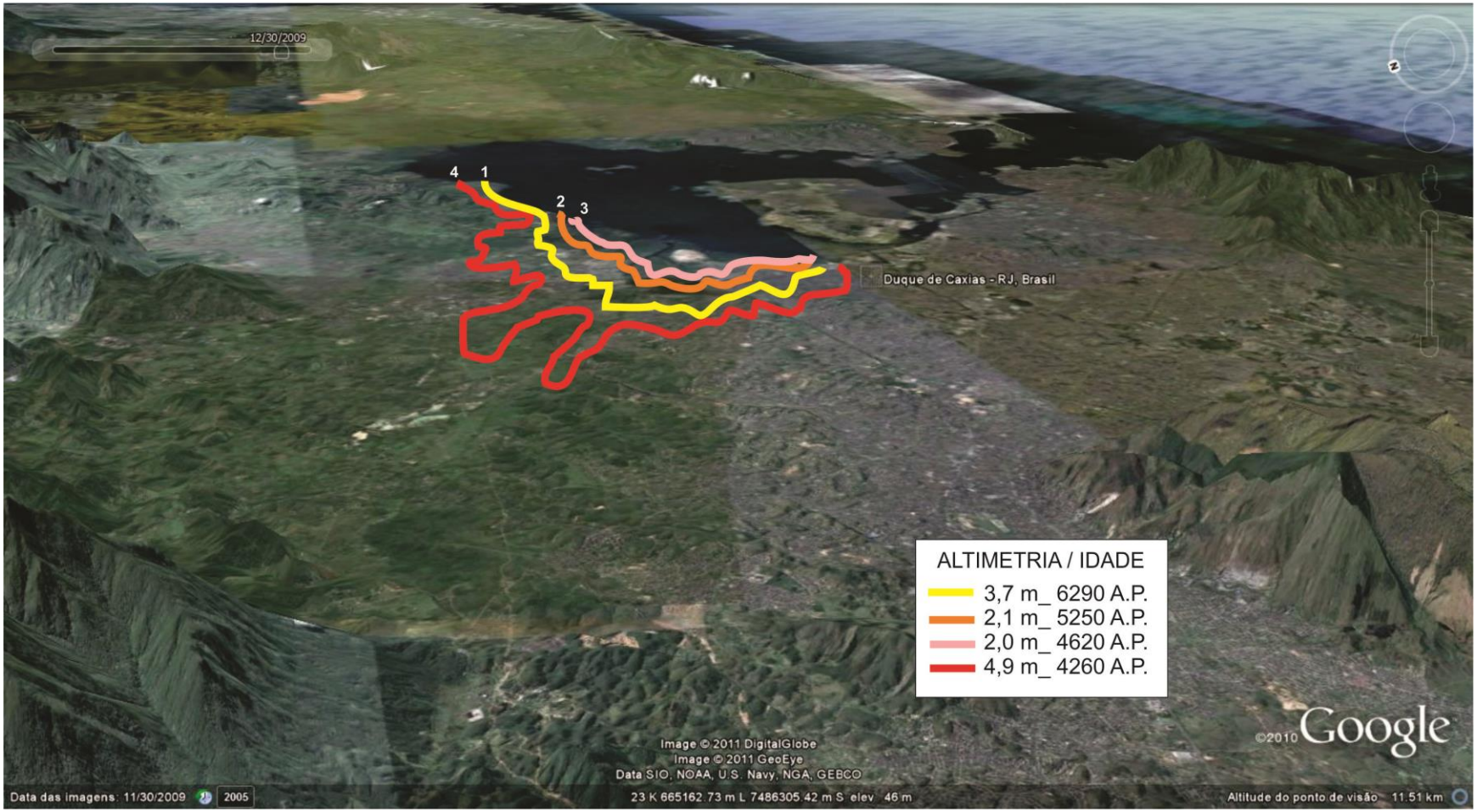


Sua fisiografia encantada. As montanhas íngremes e florestadas da Serra do Mar, seguidas “em curta distância” das planícies da Baixada Fluminense e da Baía da Guanabara, são lindas. Porém, também perigosas. O forte desnível de cerda de 1600 metros faz com que os rios desçam as serras em regime torrencial, com forte poder erosivo, alcançando a planície, onde perdem velocidade e extravasam, formando áreas inundáveis. Por esse motivo, esse já era um local propício para inundações. Aí, o que aconteceu? Ocuparam a região. E não foi uma ocupação organizada. A expansão urbana se deu de forma desordenada e, até hoje, as condições de saneamento básico, educação, saúde e infraestrutura urbana são de certa forma precárias.

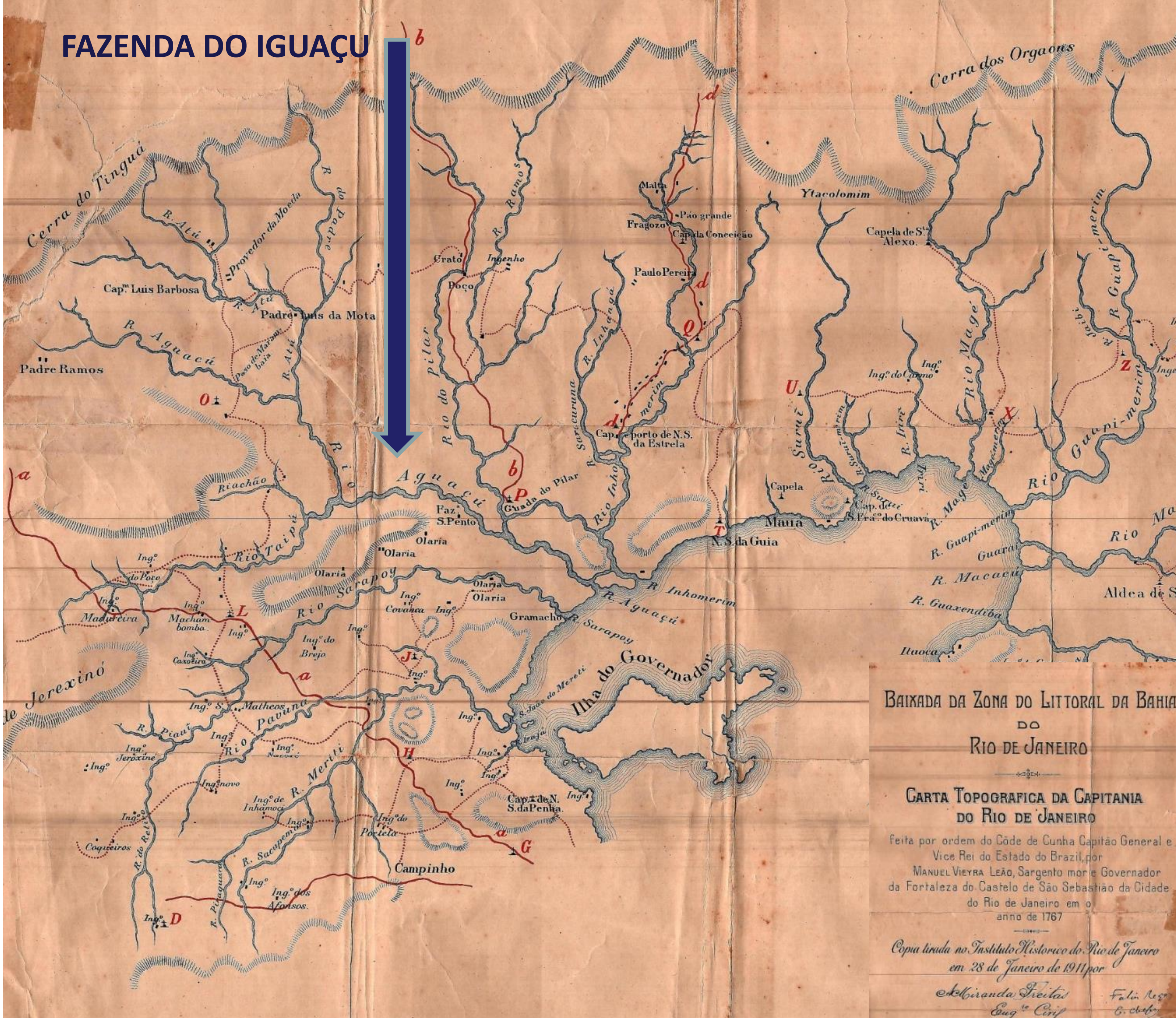

MAGÉ
GUAPIMIRIM
ITABORAÍ
DUQUE DE CAXIAS
Baía de Guanabara
SÃO GONÇALO
Ilha do Governador
NITERÓI
PONTE
AEROPORTO
ESCOLA NAVAL
RIO DE JANEIRO
PÃO DE AÇUCAR
COPACABANA
NITERÓI
PAI

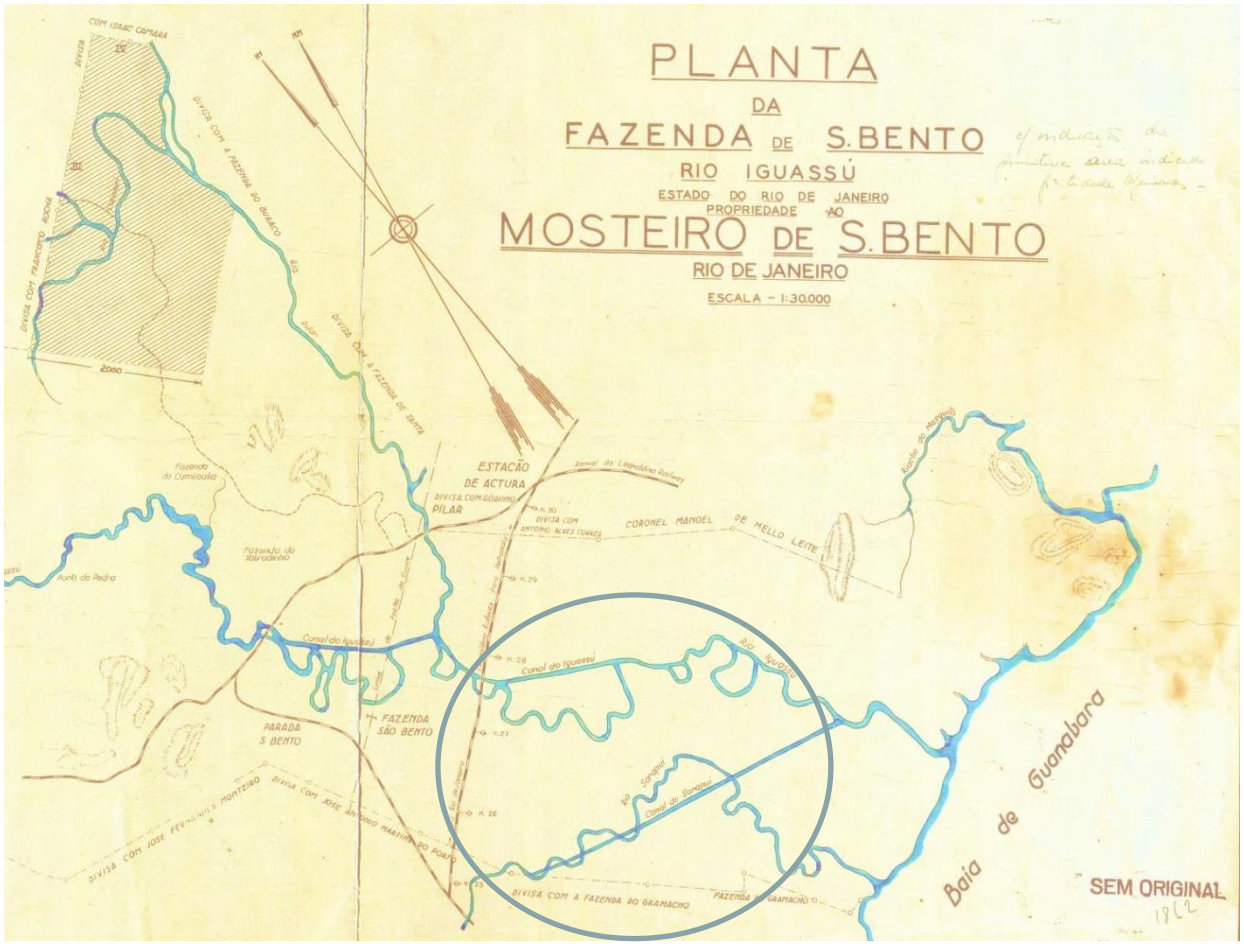
Território conhecido como o PALEO VALE AFOGADO de Duque de Caxias

Sujeito a Eventos de regressão e transgressão das águas da baía da Guanabara com grande movimentação do lençol freático



FAZENDA DO IGUAÇU

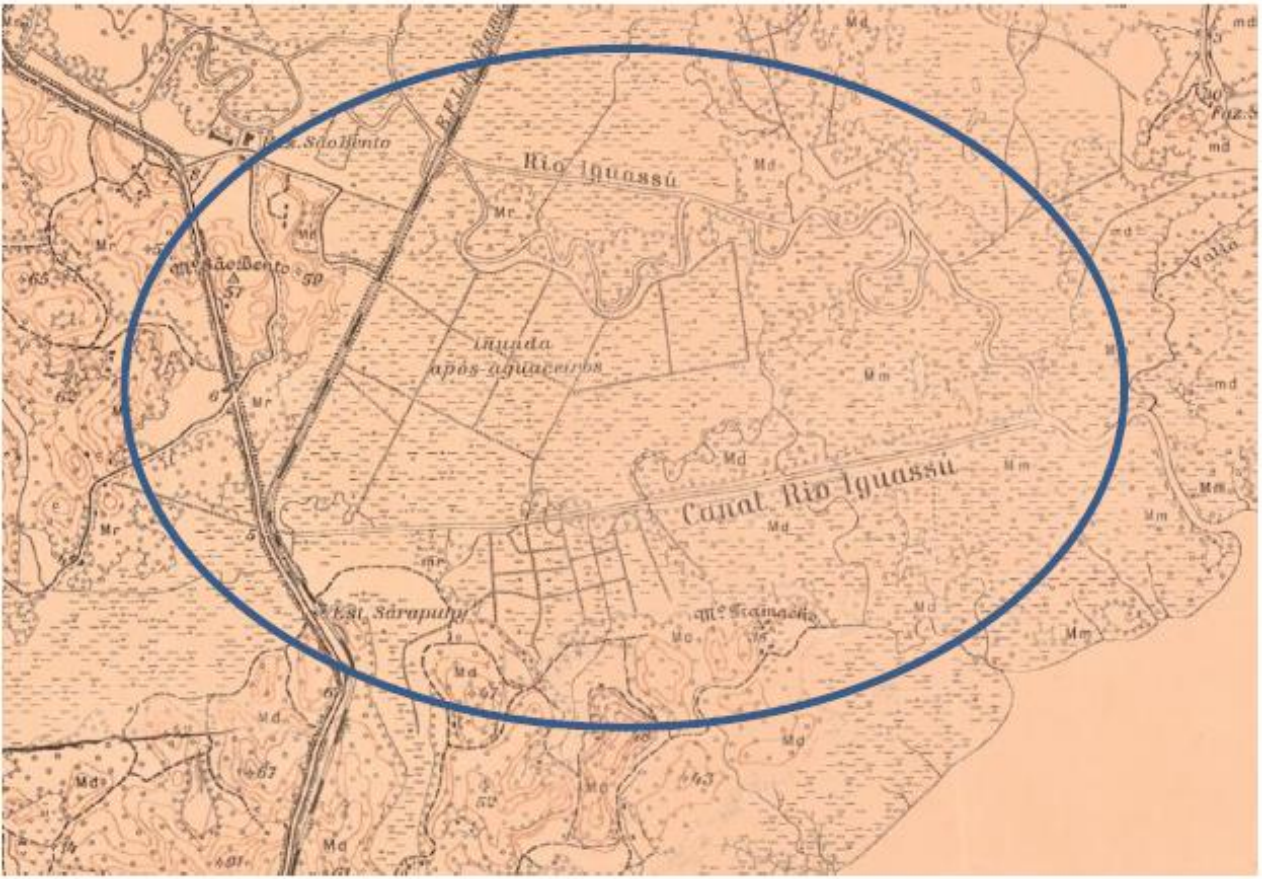




Acervo sob a guarda do CRPH

Ano: 1862

Campo do Bomba 1



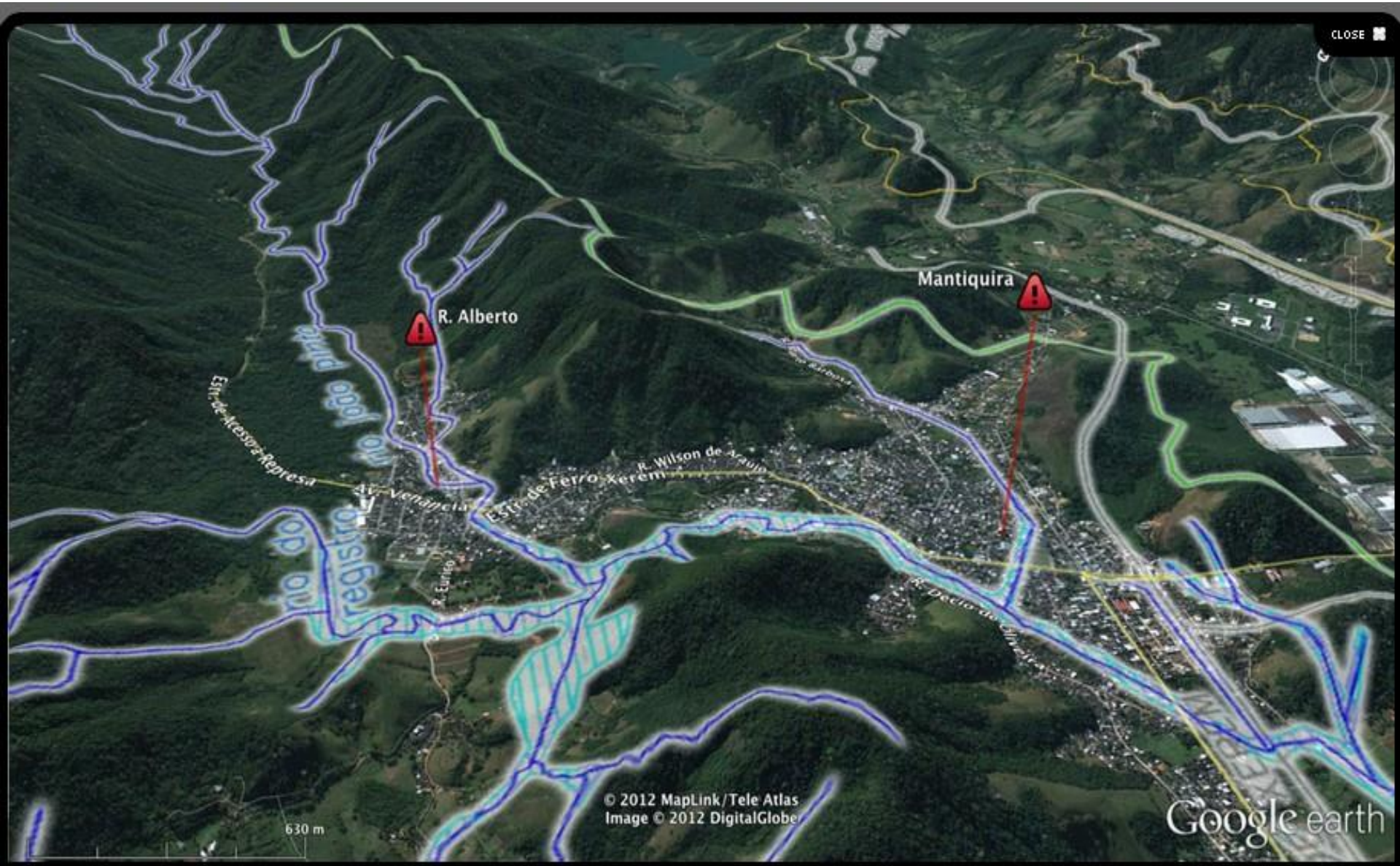
Na planta levantada, desenhada e impressa pelo Serviço Geográfico do Exército Brasileiro em 1935, a área do Bomba 1 é apresentada como de inundação. O Canal do Iguaçu é também denominado como Rio Sarapuí. Nela, pode se ver a sede da Fazenda do Iguaçu ou São Bento onde está situado o patrimônio histórico nacional.


Pico do Couto, o ponto mais elevado da Serra do Tinguá

Modelo de Bacia Hidrográfica



Os Rios descem das Serras e correm pelas planícies, boa parte da Baixada Fluminense esta localizada dentro desta Bacia.



Detalhe da região de Xerém com Sobreposição do mapa da COPPE. A tragédia de Janeiro de 2013 ultrapassou as previsões do plano da COPPE, mas estavam dentro da APP dos Rios (faixa de 30m de proteção das margens).

NEXT



Expedição Leito do Rio Capivari em Xerém depois da tromba de água - Fevereiro de 2013
Parte 2 - YouTube









Imagens da Enchente de 2013
Em Xerém



Vista Aérea Loteamento Parque Itaipú, Parque Amorim e Lote XV
ENCHENTE 31 de Dezembro de 2009











Imagens das obras de 2010
Acervo APA São Bento

Rio Iguaçu na Altura da Comunidade do Guedes



O Rio Capivari desagua no outro lado no Rio Pilar e depois este se encontra com o Iguaçu, na frente do aterro da antiga BRASRIO



Comunidade do Guedes – outubro de 2016





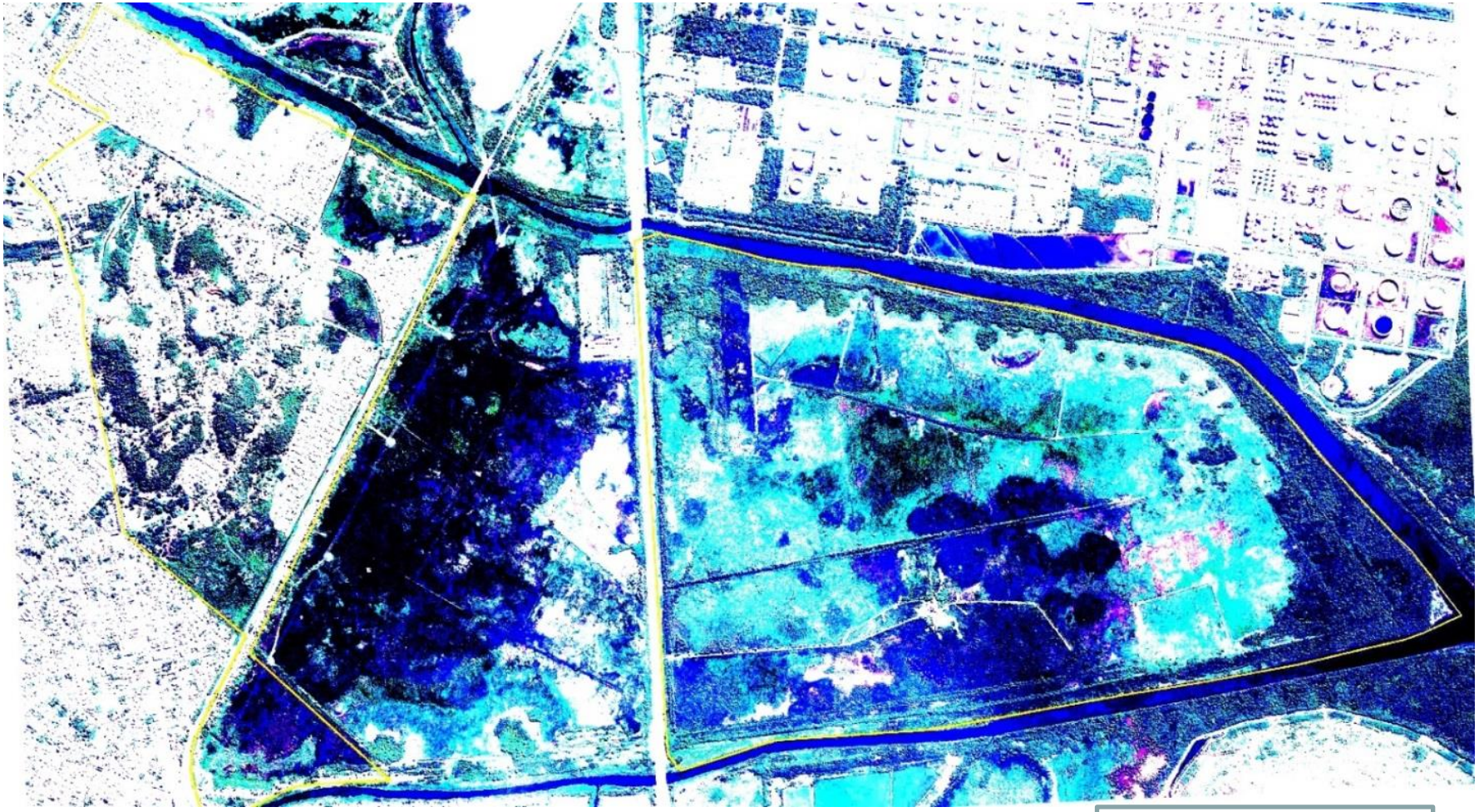


Rio Pilar deságua no Rio Iguaçu
Entre o Rio Pilar e o Iguaçu uma área de inundação controlada foi aterrada para abrigar um centro logístico



Rio Sarapuí
16/04/2015





MEMORIAL DESCRITIVO DA APA SÃO BENTO
VEGETAÇÃO
PMDC

Terreno antropogênico
Gramíneas
Corpo aquoso
Vegetação arbórea
Palustre



Apa São Bento. Fotografia: Wilson Boiçá, 2016



NAPOLEÃO, Patrícia R. M. *Mapeamento da Sustentabilidade às Inundações como Estratégia de Prevenção*. RJ: GEGET/DIGAI/INEA. Promoção UERJ, Sistema LABGIS, Instituto Pereira Passos/PMRJ, 2014. Ver anexo externo.



MEMORIAL DESCRITIVO DA APA SÃO BENTO

APA SÃO BENTO ATUAL

Vegetação

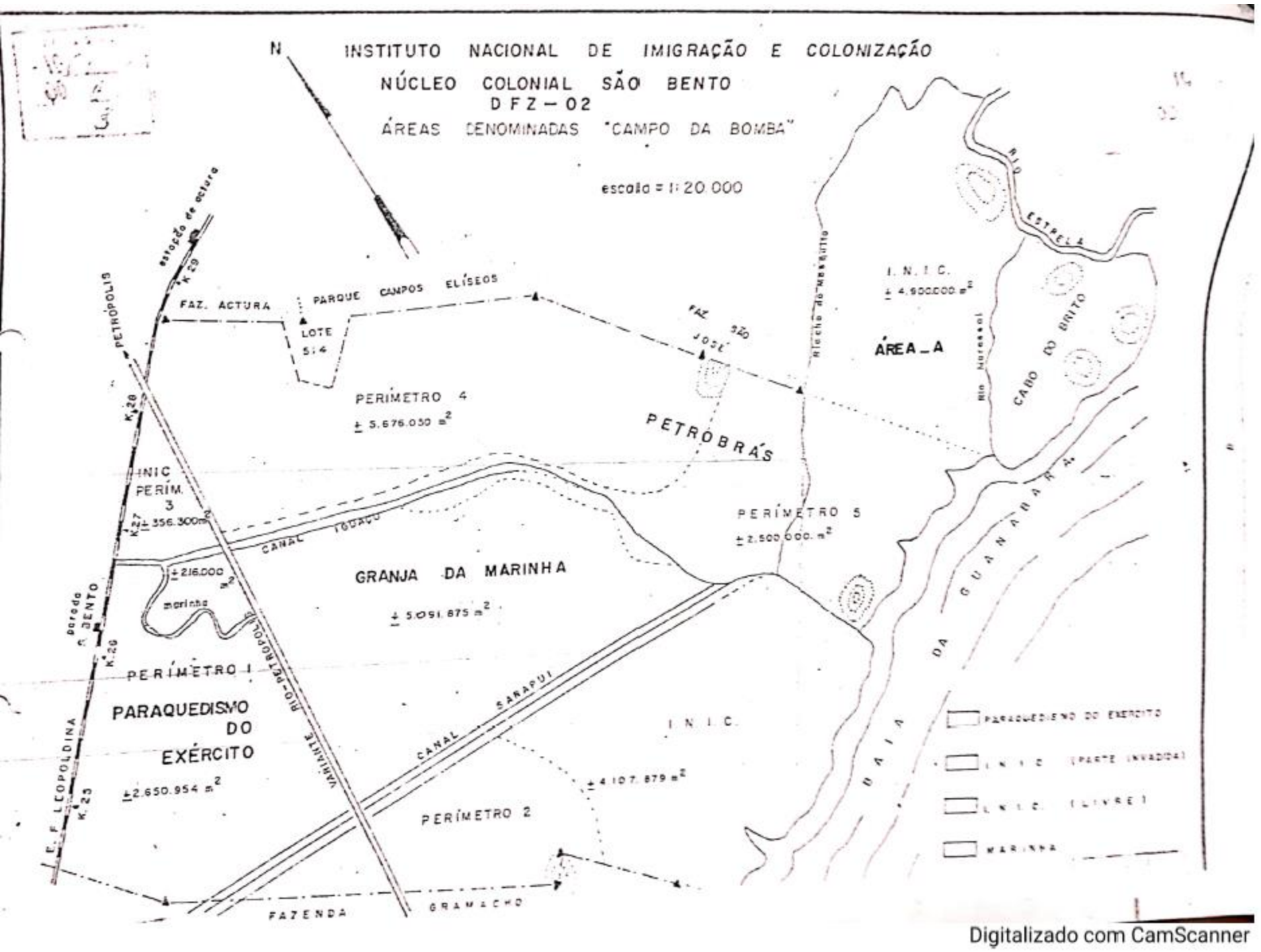


MEMORIAL DESCRITIVO DA APA SÃO BENTO

APA SÃO BENTO ATUAL

Vegetação





Digitalizado com CamScanner





Território rico em diversidade ambiental, em patrimônio arqueológico dos povos das conchas e dos quilombos iguaçuanos.

Máscara de ferro que pertenceu a um escravo fugitivo encontrado na beira rio do Iguaçu




Abriga ainda importante patrimônio histórico nacional tombado pelo IPHAN.

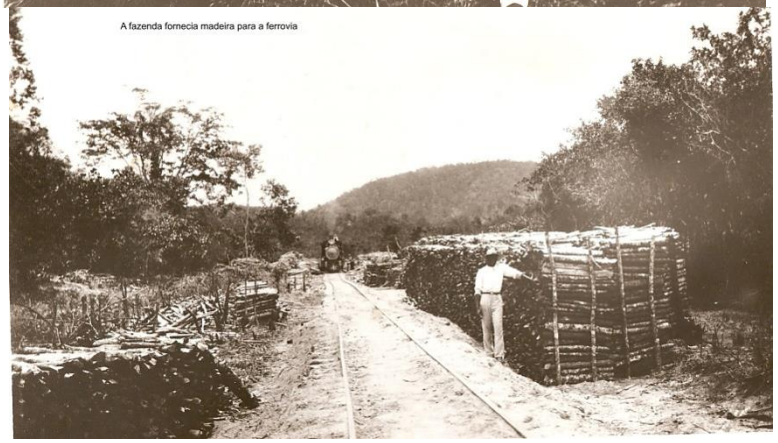
Território inicial de colonização lusitana. Na sesmaria de 1565, doada ao Ouvidor-mor Cristóvão Monteiro, foi instalada a Fazenda do Iguaçu. Após a sua morte, a fazenda foi transferida para a Ordem do São Bento em 1591, que a administrou até 1922.



Fazenda do Iguaçu em 1922
Acervo Arquivo Mosteiro do São Bento

No século XIX e início do XX, a Fazenda do Iguaçu sofreu os impactos dos desmatamento com vistas a comercialização da madeira e o fabrico do carvão. Degradação ambiental, enchentes e malária provocaram uma desvalorização fundiária.







Extração de madeira e carvoaria na Fazenda do Iguaçu
Acervo Arquivo Mosteiro do São Bento

Ruralistas fluminenses pressionaram o governo estadual e federal a investir em saneamento e na diversificação agrícola com vistas a revalorizar as terras e afirmar a vocação agrícola do país.

Comissão Federal de Saneamento

1910-1916

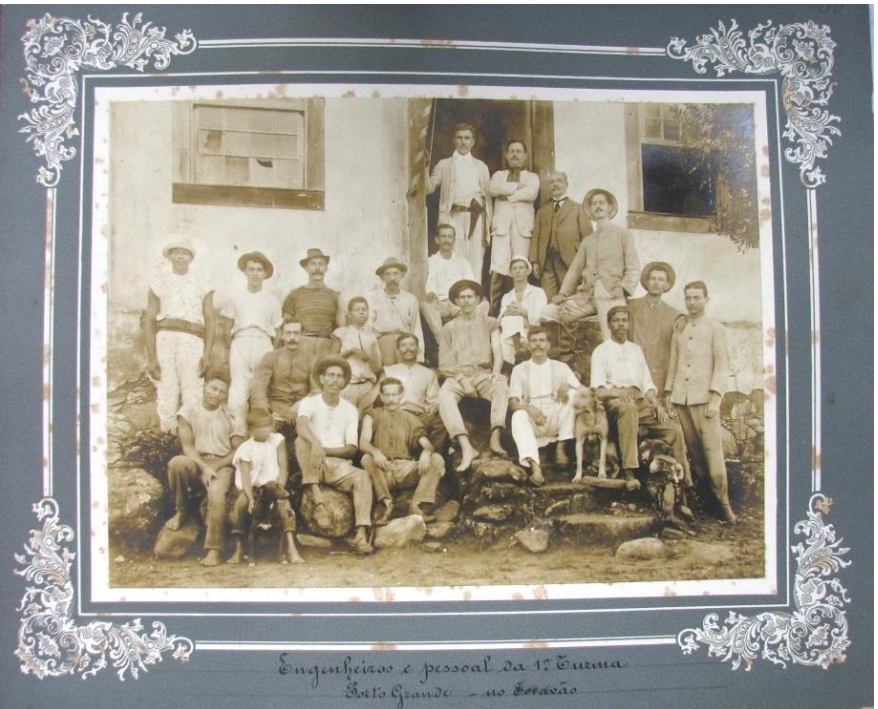


Acervo: BN

Empreza Pro-Melhoramentos da Baixada Fluminense

1920-1931







Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense

1933



O Estado Brasileiro realizou várias intervenções no território da antiga Fazenda do Iguaçu. Em 1932, o Ministério da Agricultura instituiu na Fazenda do Iguaçu o Núcleo Colonial São Bento. Dividiu o território em glebas, assentou colonos, realizou o saneamento para efetivar uma revalorização fundiária (1933), instituiu uma série de políticas e de instalação de equipamentos públicos. Entre eles, moradias para colonos; armazém para circulação das mercadorias; cooperativas dos colonos; Esporte Clube São Bento (1948); Posto de Profilaxia; Companhia de Malária; Sessão de uma das glebas para abrigar a Cidade dos Meninos (1942); Escola Agrícola Odilon Braga, cedida nos anos de 1950 para a Igreja abrigar o Patronato São Bento, atual Casa de Retiro São Francisco; Instituto de Malária e Serviço Nacional de Malária (1946); Estação Fitossanitária do São Bento (1938) sendo suas instalações cedidas posteriormente para o Centro Pan-americano de Febre Aftosa (1950); REDUC em 1957 e FABOR em 1962; autorização para instalação do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho.



COLÔNIA GOIÁS

COLÔNIA JAÍBA

MINAS GERAIS

ESPÍRITO SANTO

NÚCLEO DE IBITUBA

NÚCLEO SÃO BENTO

NÚCLEO DUQUE DE CAXIAS

SÃO PAULO

COLÔNIA DOURADOS

PARANÁ

RIO DE JANEIRO

DISTRITO FEDERAL

NÚCLEO SANTA CRUZ

NÚCLEO TINGUÁ

COLÔNIA GENERAL OSÓRIO

NÚCLEO M. DE ABRANTES

SANTA CATARINA

RIO GRANDE DO SUL









Acervo Museu Vivo do São Bento

Tulha do Núcleo Colonial São Bento tornou-se também área de beneficiamento de arroz, oficina e garagem. Após o término do núcleo colonial tornou-se fábrica de manilha da PMDC A segunda tulha tornou-se Posto de Profilaxia, abrigo para menores e foi cedido para abrigar o Centro de Memória da Educação.









Acervo Museu Vivo do São Bento e Biblioteca Nacional

Antiga tulha de carvão da Fazenda do Iguaçu tornou-se local para atendimento aos doentes de malária sob a responsabilidade da Companhia de Combate a Malária. Posteriormente foi adaptada para abrigar colonos do Núcleo Colonial. Atualmente é sede do Moto Clube Veneno da Cobra





Acervo Museu Vivo do São Bento







Departamento de Produção Vegetal
Estação Fitossanitária do São Bento - **1938**







Imagens Fundação Getúlio Vargas





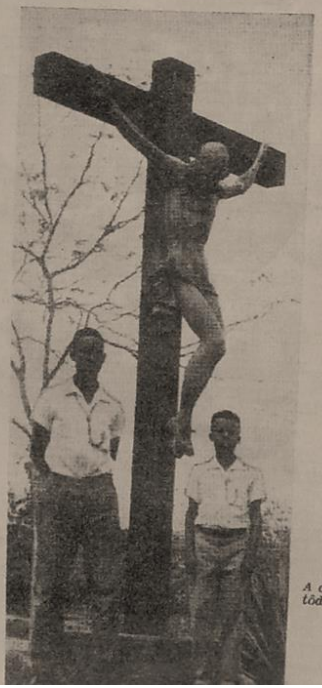


1942 – Cidade dos Meninos foi construída em uma das glebas do Núcleo Colonial São Bento



Prédio de residências das três Escolas, nas quais se repartem os meninos de acôrdo com as idades.

a Cidade dos Meninos



Está situada em Duque de Caxias, Estado do Rio. Originàriamente planejada pela Fundação Darcy Vargas, para servir como núcleo de abrigo e educação de meninas, o que se tornou inviável; no ano de 1946, foi transferido todo o patrimônio para a Fundação Abrigo Cristo Redentor, pelo Decreto-Lei n.º 9.899 de 10-9-46.

Ao fim de mais um ano, 1947, já se iniciavam as atividades escolares, já agora com o nome de Cidade dos Meninos. Nesta se localizam três escolas:

Instituto Domingos Sávio	com	96 alunos
Instituto N. S.ª da Paz	"	163 "
Instituto Dom Bosco	"	220 "

A cruz domina a paisagem. Aliás, em tôdas as escolas ergueu-se em lugar de destaque o crucifixo.



Um pequeno lago com instalações ao centro para criação de patos e marrecos.







As atividades, na Cidade dos Meninos, são preferentemente agrícolas, encontrando-se: avicultura, lavoura, horticultura, pomicultura, criação de gado bovino e de suinos, fabricação de farinha de mandioca e fubá.

Nestas escolas administra-se mais o ensino primário e procura-se educar os meninos para as tarefas que os encaminhem depois ao ensino profissional. Pretende-se, principalmente, criar uma mentalidade de trabalho, inculcando-lhes, a noção da responsabilidade, tornando-os aptos a desempenharem, depois, suas funções sociais.



Um belo jardim, zelosamente tratado também pelos garotos, sob a orientação de jardineiros especializados.

Acervo Museu Vivo do São Bento

Os meninos, desde cedo aprendem a trabalhar. Na Cidade dos Meninos são várias as atividades; estando em ponto de destaque o cultivo da terra.

Em **1946,** um Decreto-Lei criou no território da Cidade dos Meninos o Instituto de Malariologia, Serviço Nacional de Malária, do Departamento Nacional de Saúde, Ministério da Educação e Saúde.



Instituto Profissional Getúlio Vargas



Administração dos Institutos

Acervo CRPH/DC

Laboratório do Instituto de Malariologia na Cidade dos Meninos. Acervo CRPH/DC



Cultivo de bromélias, criadouros naturais de mosquito para realização de pesquisas. Ao fundo, o Pavilhão de Entomologia na Cidade dos Meninos/ DC - **1949**
Arquivo Paulo Barragat. Casa Oswaldo Cruz/ Fio Cruz



Hospital do Instituto de Malariologia na Cidade dos Meninos/ Duque de Caxias **1949**
Arquivo Paulo Barragat. Casa Oswaldo Cruz/ Fio Cruz



Em 1949, o Instituto de Malariologia abarcou o estudo para outras endemias rurais como: febre amarela, esquistossomose e doenças de Chagas e realizou o primeiro curso de Química de Inseticida no Brasil. Início da construção da fábrica de hexaclorocicloexano (HCH)

Em 1950 a Fábrica de HCH foi inaugurada com a presença de autoridades do Serviço Nacional de Malária e da Fundação Rockfeller (financiamento em projetos de saúde pública).

Vila Malária



Fábrica de Profilaxia



Acervo CRPH/DC

Contaminação Crônica na Cidade dos Meninos









Escola Agrícola Ondilon Braga foi cedido para abrigar o Patronato São Bento.











Coleção Odilon Braga. Acervo sob a guarda do CEPEMHED



Patronato São Bento
Acervo sob a guarda do CRPH



Era Desenvolvimentista

1957 – Início das obras da REDUC
1960 – Inauguração
1961 – Início das atividades produtivas









Na década de 1970, foi instalado no interior das terras da fazenda o Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho.

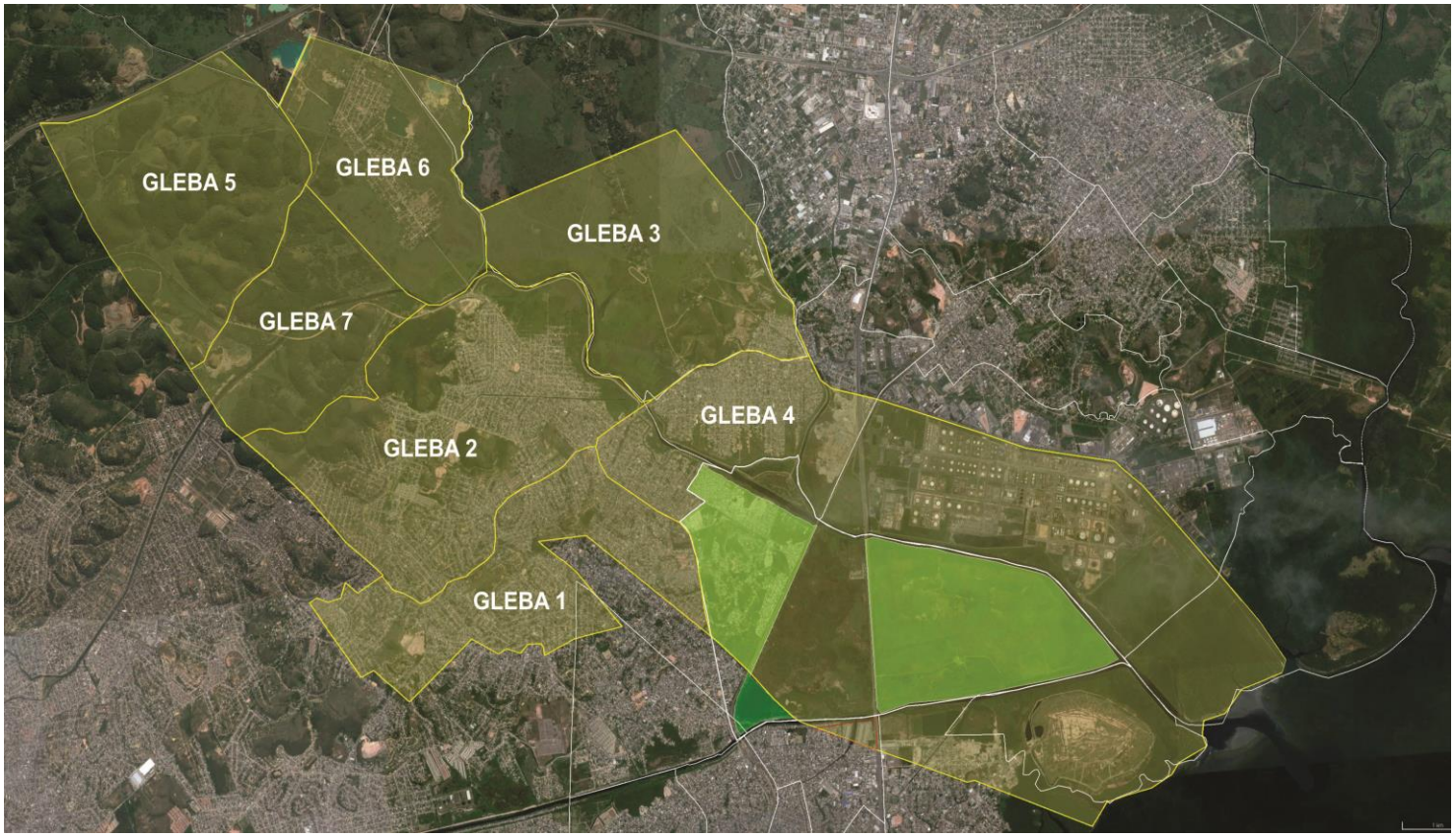




Lixeiras clandestinas e carvoarias avançam sobre os manguezais das cercanias da Guanabara







- ***Reduc*** – poluição do ar, vazamento de resíduos industriais e de óleo (dutos), contaminação do lençol freático e acidentes ampliados;
- ***Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho*** – lixeiras clandestinas e vazamento de chorume;
- ***Campo do Bomba 1*** ameaçado agravando as situações de enchentes na Bacia do Iguaçu;
- ***BRASRIO*** – Centro Logístico Duque de Caxias em cima do Polder do Pilar e Iguaçu;
- ***Lixão Clandestino no Babi*** na Gleba 5;
- ***Areal do Amapá*** e Assentamento Terra Prometida na Gleba 6;
- ***Cidade dos Meninos (BHC)*** – entulho ao lado da Fábrica Gelo, em cima do *Sítio Arqueológico do Iguaçu* na Gleba 3;
- Ocupação ilícita em áreas de preservação permanente no Rio Iguaçu na gleba sede e 4.





Areais do Amapá. Acervo CRPH/DC




As primeiras ocupações populares no território foi a Comunidade Parque da Felicidade nas margens do Rio Sarapuí (1954) e Vila Alzira no polder do Rio Iguaçu(1970). Em 1961, o Núcleo Colonial São Bento foi extinto. A partir de 1995 as ocupações mais recentes foram se instalando no lugar. A Ocupação Novo São Bento foi organizada pelo MUB, sem comercialização das terras. A Comunidade Esperança começou com um assentamento de 100 famílias pelo Governo do Estado. Outras foram realizadas por milicianos que as venderam para trabalhadores pobres. A primeira ocupação dentro deste formato foi a do Morro Garibaldi.





Ocupação Novo São Bento em 1995





Ocupações ribeirinhas do Iguaçu em 2000

Acervo CRPH/DC



Acervo CRPH/DC

Ente 1994/96, o governo do Estado do Rio de Janeiro construiu 98 casas de alvenaria e assentou várias famílias em três ruas. A residência abaixo é uma das poucas que ainda
resiste as transformações urbanas. A casa preserva o modelo original e é testemunha das habitações desse período .



Esperança/Jardim Vila Nova

As primeiras ruas da ocupação







Esforço da associação de moradores em organizar a identificação das ruas.

Morro Garibaldi

O início da ocupação se deu a partir da segunda metade da década de 1990. Segundo os moradores o processo de ocupação foi conduzido pelo vereador local.




DEPARTAMENTO NACIONAL
DE
OBRAS DE SANEAMENTO
BAIXADA FLUMINENSE
CANAL IGUASSÚ








Vila Alzira: início da ocupação nos anos de 1970





Mapeamento das ocupações instituídas no interior do território sede da Fazenda do Iguaçu

1. Guedes
2. Cristo Rei
3. Novo São Bento
4. Esperança ou Vila Nova
5. Morro do Céu
6. Comunidade da Paz
7. Vila Alzira
8. Parque São Bento
9. Parque da Liberdade
10. Solano Trindade
11. Medina

Conceitos Fundamentais para Prevenção e Redução dos Riscos e Prejuízos de Enchentes:

Incorporar e valorizar a água no planejamento do uso do solo, considerando a importância dos cursos de água como parte integrante da natureza, e portanto, de vital relevância para a sociedade, fauna e flora;

Utilizar soluções estruturais e não estruturais que visem aumento e ou recuperação da capacidade de retenção superficial e da infiltração das águas de chuva;

Garantir e ou recuperar espaço para evolução dos cursos de água com o propósito de diminuir velocidade de escoamento, sem com isso aumentar os riscos.

Enchentes no estado do Rio de Janeiro: uma abordagem geral
Projeto PLANÁGUA SEMADS / GTZ de Cooperação Técnica Brasil – Alemanha - Agosto de 2001
http://www.serla.rj.gov.br/planagua/pdf/publi8.zip

Estudo da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla) apontou que os maiores problemas causadores de enchentes em vários municípios da Região Metropolitana do Rio acontecem nas regiões de baixada, principalmente naquelas cujos rios são formados por contribuintes que nascem na Serra do Mar.

O aclive da Serra do Mar é muito grande, e durante os períodos de fortes chuvas rapidamente ocorrem fenômenos das trombas d'água...

Segundo a arquiteta Inês Muchelin Selles, do Departamento de Autorga da Serla, nos últimos anos houve uma mudança mundial de paradigma no modo de se lidar com enchentes. Antes, investia-se basicamente em obras, mas as construções duravam períodos limitados, até desmoronarem com chuvas maiores. Hoje se sabe que simplesmente tentar barrar a força da natureza não resolve. É preciso controlar a ocupação das áreas de risco.

Enchentes no estado do Rio de Janeiro: uma abordagem geral

Projeto PLANÁGUA SEMADS / GTZ de Cooperação Técnica Brasil – Alemanha - Agosto de 2001

http://www.serla.rj.gov.br/planagua/pdf/publi8.zip

Criação da APA São Bento

O PREFEITO MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei Orgânica do Município, Capitulo V, Seção IV, Artigo 119, § 1º Inciso I, e,

considerando que a área de São Bento situa-se no 2º Distrito do Município apresenta **características ecológicas, históricas, arqueológicas e culturais**;

considerando que a área apresenta um dos **últimos remanescentes de Mata Atlântica próximo ao centro urbano** do Município;

considerando que essa vegetação está localizada em ponto estratégico **retendo e servindo de barreira natural para a poluição atmosférica, melhorando a qualidade do ar da área e de seu entorno;**

considerando o **Tombamento do Mosteiro de São Bento e o conjunto arquitetônico adjacente a ele, pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 10 de julho de 1957**;

considerando que **grande parte da área é sujeita a inundações periódicas tornando-se naturalmente um ecossistema de suma importância por abrigar espécies raras ouameaçadas de extinção e ser área de transbordamento de dois importantes rios (Sarapuí e Iguaçu) que percorrem o Município;**

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental (APA) São Bento, formada pelo **conjunto natural compreendido entre os Rios Sarapuí e Iguaçu, o conjunto arquitetônico, histórico e arqueológico do Bairro de São Bento**, 2º Distrito do Município de Duque, com **área de 1.033,40 hectares.**

Parágrafo Único – A delimitação da APA está descrita por suas coordenadas no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - São objetivos da Área de Proteção Ambiental São Bento:

I. a **recuperação e a preservação da cobertura** vegetal existente;

II. a **preservação e o asilo de exemplares raros**, endêmicos, ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da flora e da fauna;

III. a **proteção de sítios de excepcional beleza e valor científico**;

IV. o **estímulo a atividades de lazer**, quando compatíveis com os demais objetivos da APA;

V. o **desenvolvimento em bases sustentáveis** de atividades econômicas na APA;

VIII. **salvaguardar o patrimônio histórico** evitando sua descaracterização e preservando a memória histórica do Município.

Art. 3º- Na implantação e administração da APA São Bento serão adotadas as seguintes medidas:

I. o **zoneamento ambiental da APA**, definindo as atividades a serem permitidas ou incentivadas em cada zona, bem como as que deverão ser restringidas ou proibidas;

II. **fiscalização com a utilização dos instrumentos legais e administrativos** governamentais;

III. **educação ambiental**, através da divulgação das medidas previstas neste Decreto objetivando o esclarecimento das comunidades envolvidas sobre a APA e as finalidades de sua criação;

IV. **o plano de gestão da APA, de maneira participativa, com a criação de um escritório técnico da APA.**

Art. 4º - **Na Área de Proteção Ambiental São Bento não serão permitidas atividades que venham a degradar ou causar impactos ambientais**, bem como alterar o patrimônio histórico, cultural ou arquitetônico, tais como:

I. a **extração, corte ou retirada de cobertura vegetal nativa**;

II. **as ações que impeçam ou dificultem a regeneração natural da vegetação nativa**;

III. a **extração de recursos hídricos ou minerais do solo ou subsolo;**

IV. **caça ou perseguição de animais, bem como a retirada de ovos, destruição de seus ninhos ou criadouros**;

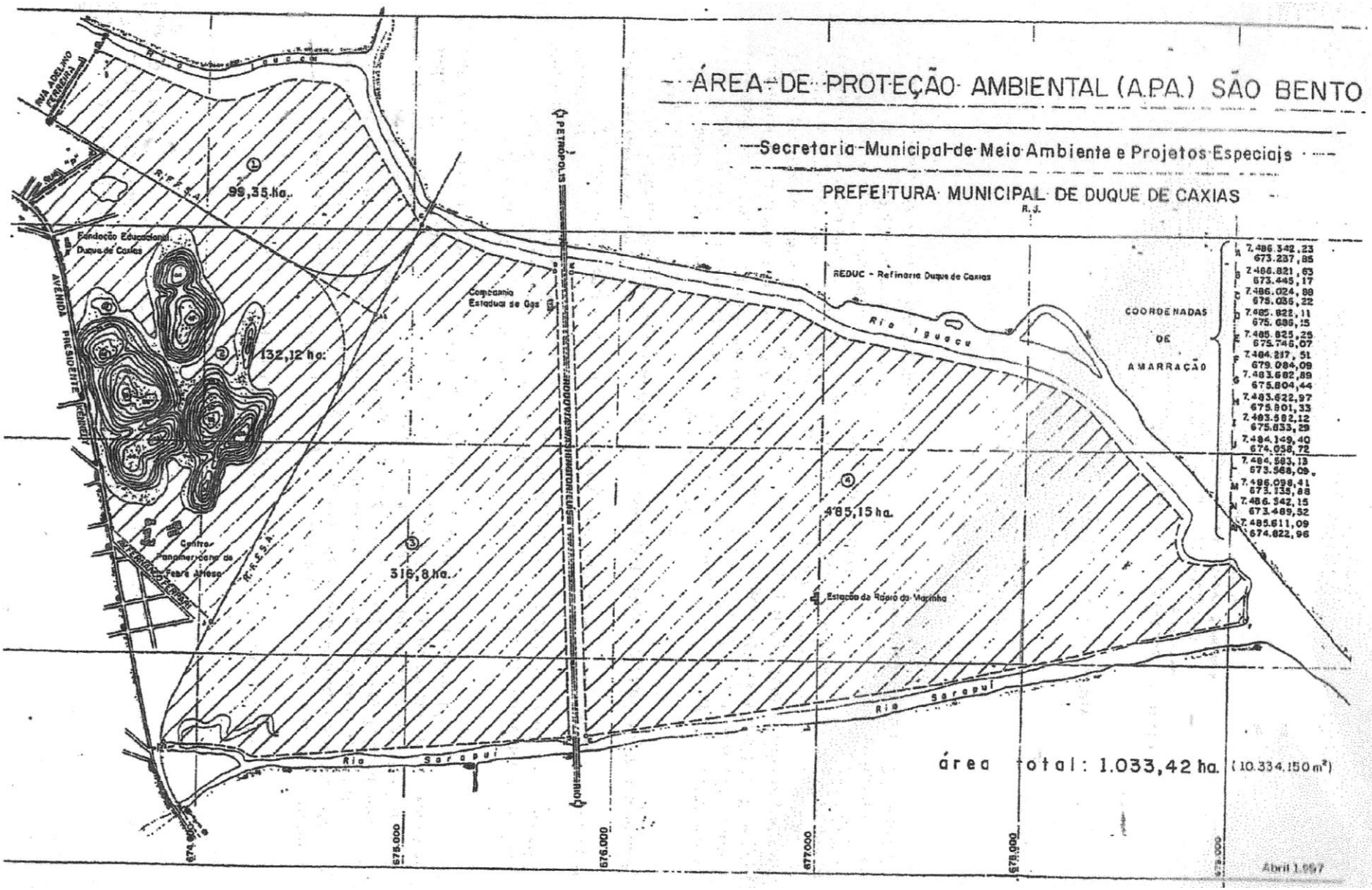
V. o **exercício de atividades efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental**;

Art. 5º - A tutela e gestão da APA São Bento cabem ao órgão competente do meio ambiente, ouvido o órgão competente do Patrimônio Cultural, quando se trata de defesa do Patrimônio Cultural, ouvido o Chefe do Poder Executivo quando se tratar do desenvolvimento em bases sustentáveis da área.

Parágrafo Único – **O licenciamento de qualquer tipo de construção**, modificação, acréscimo e demolição de construções existentes, de usos e atividades, **está sujeita a prévia realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)** e autorização do órgão competente do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico, conforme a natureza do licenciamento.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 05 de Junho de 1997.


ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (A.P.A.) SÃO BENTO
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Projetos Especiais
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
R.J.
Rio Iguaçu
Rio Sarapuí
REDUC - Refinaria Duque de Caxias
Companhia Estadual de Gás
Fundação Educacional Duque de Caxias
Centro Panamericano de Febre Aftosa
Estação de Rádio da Marinha
AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY
PETRÓPOLIS
R.F.S.A.
99,35 ha.
132,12 ha.
316,8 ha.
485,15 ha.
COORDENADAS DE AMARRAÇÃO
7.486.342,23 673.237,85
7.486.821,63 673.445,17
7.486.024,88 675.036,22
7.485.822,11 675.686,15
7.485.825,25 675.746,07
7.484.217,51 679.084,09
7.483.682,89 675.804,44
7.483.622,97 675.801,33
7.483.582,12 675.833,29
7.484.149,40 674.058,72
7.484.583,13 673.568,09
7.486.098,41 673.135,88
7.486.342,15 673.489,52
7.485.611,09 674.822,96
área total: 1.033,42 ha. (10.334.150 m²)
675.000
676.000
677.000
678.000
679.000
Abril 1997





Presença de milicianos:

* Aterro e vendendo terras públicas no interior da APA São Bento;

* Comercialização de água da CEDAE;

* Construção de ponte;

* Abertura de rua, etc.



Acervo APA São Bento

INEA foi acionado pelo Ministério Público Federal por ter dado uma licença que não lhe competia





Destruição de parte do Morro do Céu para retirada de saibro. Protestos da comunidade não foram ouvidos.





Acervo APA São Bento

TRANSBAIXADA

- Redução das fronteiras da APA pelo governo municipal na gestão Washington Reis.
- Apresentação do Projeto Transbaixada. Parecer técnico do MPF aponta a ausência de estudo para os problemas que a obra provocaria.
- Lembrete: Audiência Pública sobre o Dique-Estrada em 20/02/2013.





Estado anuncia a construção da Transbaixada

21/12/2009 - 15h59

Da Redação

O Rio de Janeiro vai ganhar a Transbaixada, uma rodovia de 23 quilômetros de extensão, ligando a Rodovia Presidente Dutra à BR-040, a Rio-Petrópolis. O projeto foi revelado pelo vice-governador e secretário de Obras, Luiz Fernando Pezão



BRASRIO

* Compra cartorial da 4ª Gleba de terras do antigo Núcleo Colonial São Bento equivalente a 483.711,00 metros quadrados. Venda realizada por Delmira da Graça Leitão em área considerada de preservação permanente para a instalação da BRASRIO Terminal de Transporte SPE Ltda.

Autorização (E-07/505313/11 de 01 junho de 2011) para instalação do terminal pelo INEA e pela PMDC utilizando como justificativa que a área **não está indicada como de inundação controlada.** Todavia, a área é uma APP e de transbordo natural dos Rios Iguaçu e do Pilar, de inundação controlada e de presença de vegetação pantaneira e de animais típicos desta natureza tais como: capivaras, garças, jacarés, cobras, tartarugas, etc. A PMDC solicitou como compensação a construção de um dique.

A construção de um dique confirma também que a área é de inundação. Torna ainda de maior risco a situação da bacia do Iguaçu, principalmente dos bairros do São Bento e do Pilar, frente os riscos de enchentes nas próximas chuvas de verão.

Vale lembrar: que o estes bairros já possuem sinais de alerta de inundação pela Defesa Civil; que mesmo sem grandes chuvas, na parte da tarde, com a cheia das marés, várias casas beira rio sofrem com a presença das águas do Iguaçu em seus quintais.

Imagens das obras de aterro e construção do dique feitas pela BRASRIO em julho de 2014.

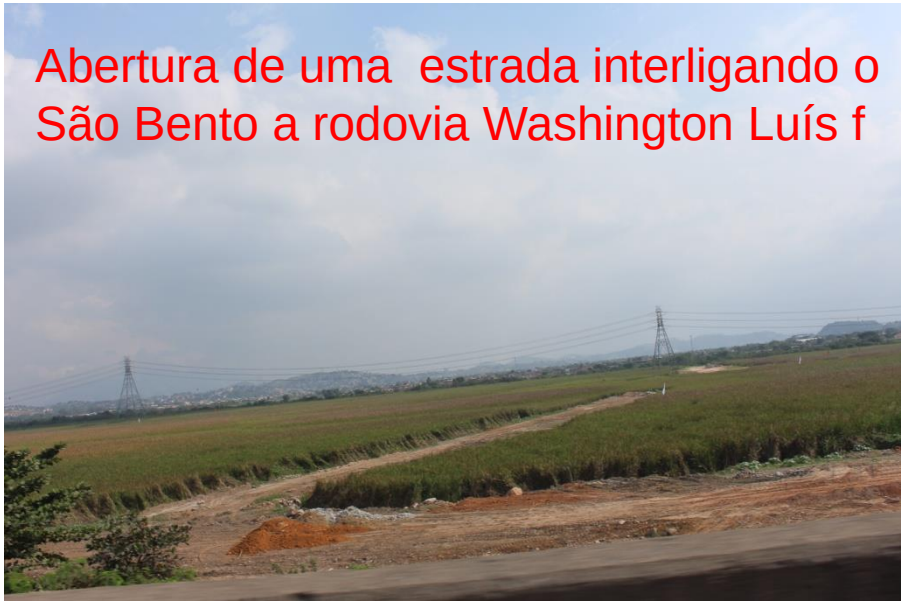












Abertura de uma estrada interligando o São Bento a rodovia Washington Luís f






Igreja N. Senhora do Pilar
Obras do dique
Bairro do Pilar
As casas ficaram em um nível muito baixo o aterro. Tragédia anunciada.


Área em frente a REDUC
Taboa sendo aterrada





Margens do Rio Pilar/2015



GALPÕES PARA LOCAÇÃO

- Módulos a partir de 1.800m²
- Pé direito com 12m
- Iluminação em Led



Realização: BZLOG.

contato@bzlog.com.br





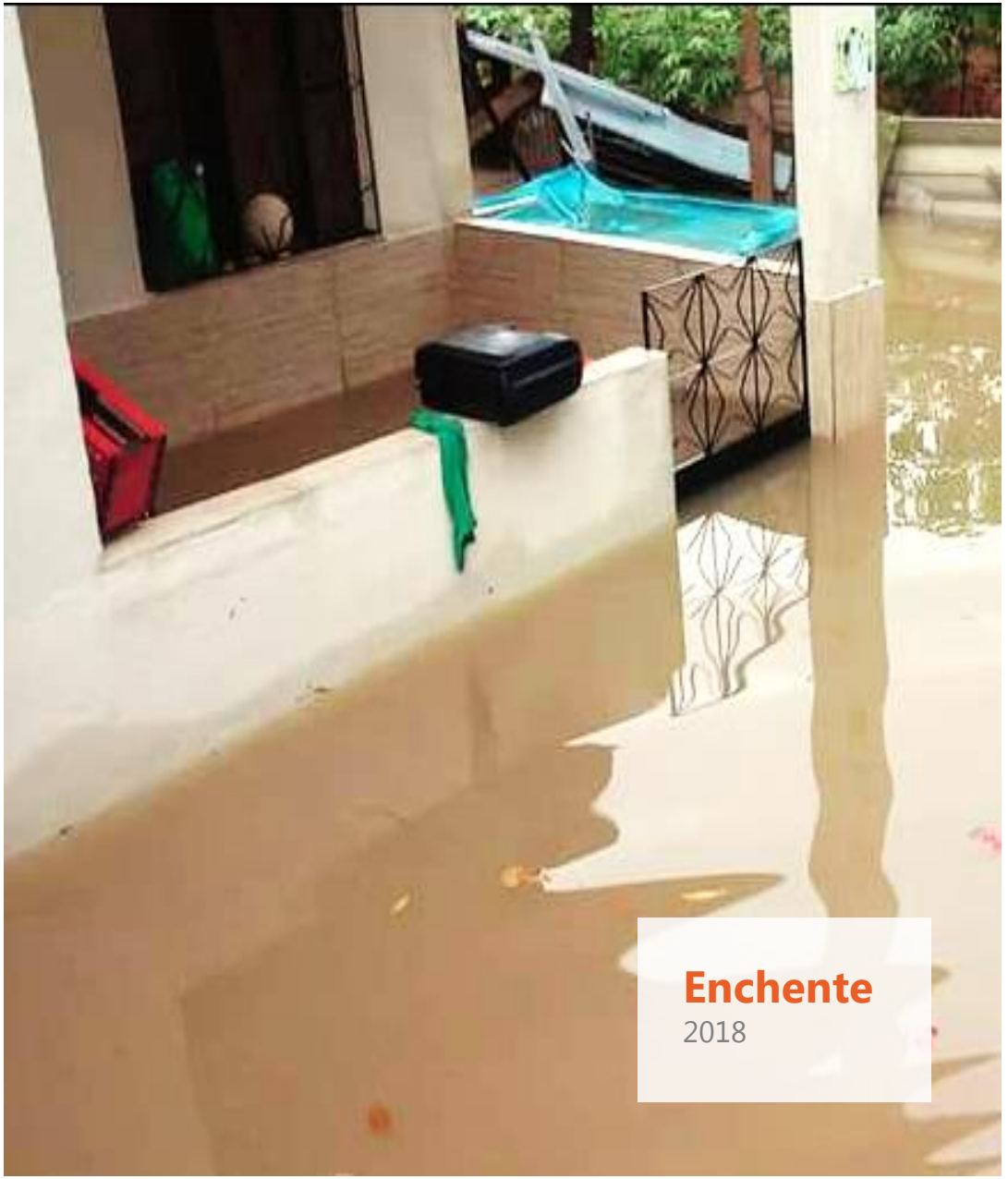
Ruas do Pilar nas chuvas de março de 2015











Enchente
2018

Arco Metropolitano e Projeto Iguaçu

Extração de saibro sem controle e fiscalização da procedência;

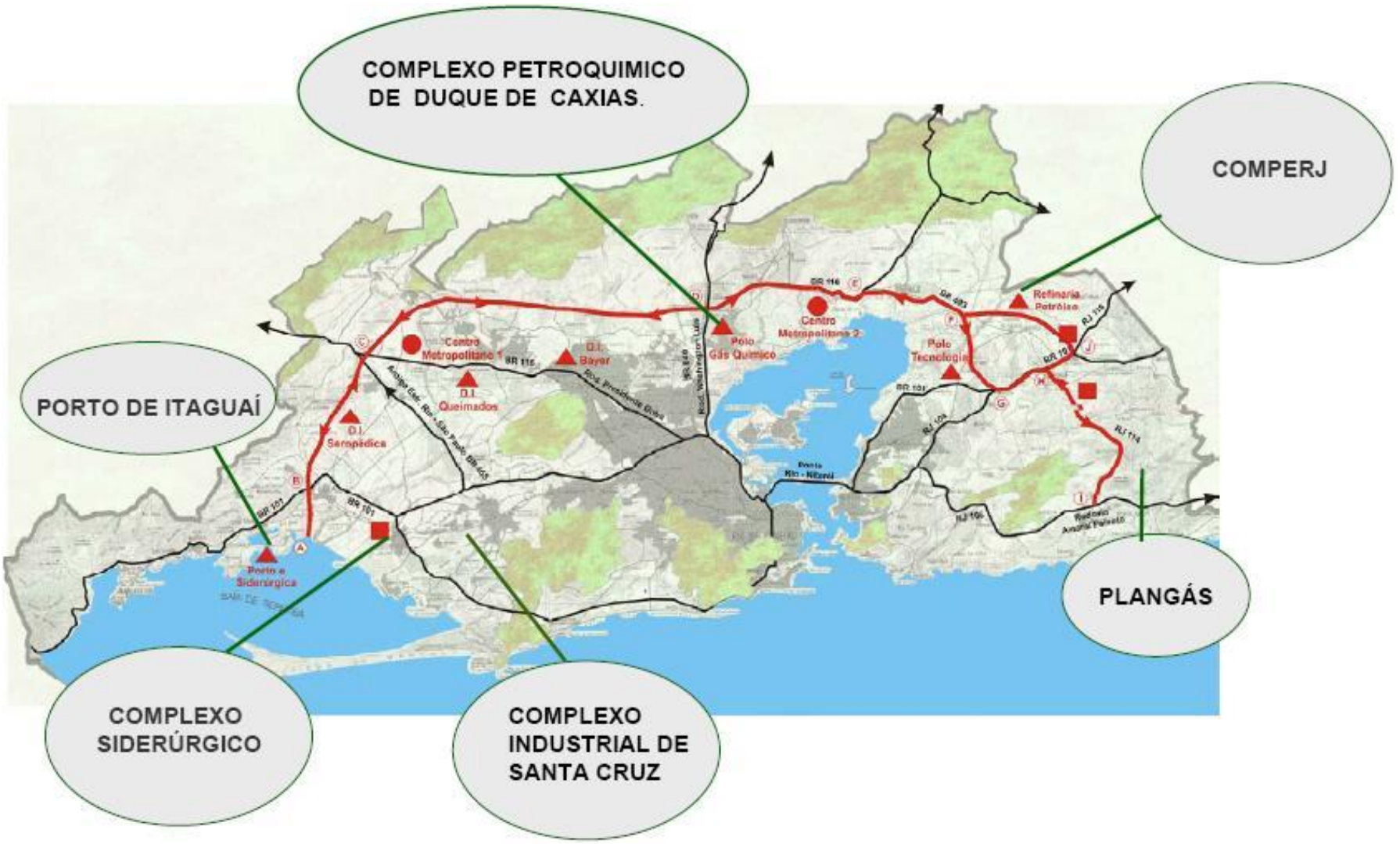
Despejo de resíduos sólidos – entulhos, terraplanagem, dragagem de rios contaminados em lugares inadequados como a FEUDUC e Jardim Leal;

Desmatamento de parte do Morro do Céu e extração de saibro indevida autorizada pelo INEA e pela SMMA na APA São Bento;

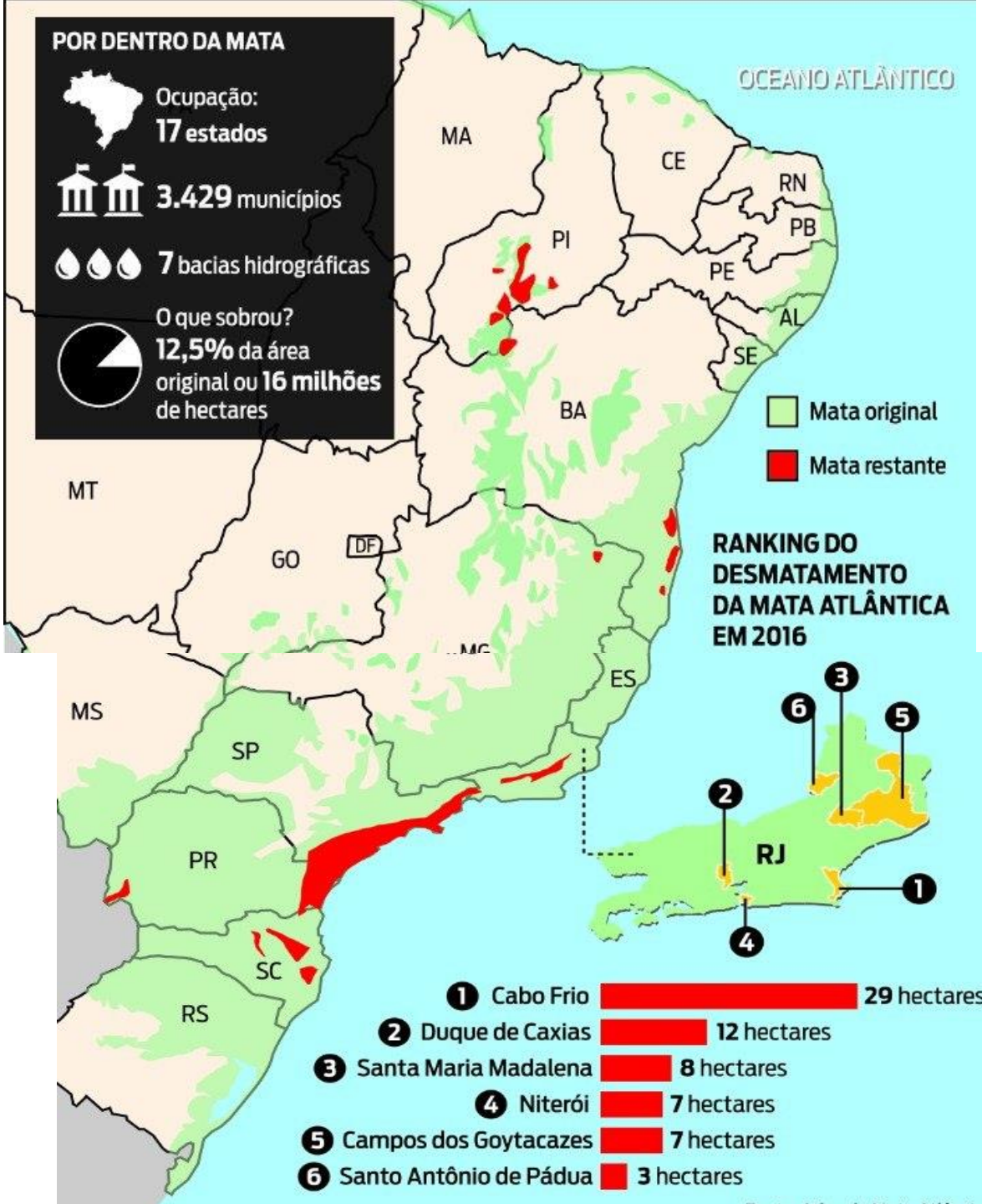
Cidade de Duque de Caxias: Uma cidade para grande circulação do capital e armazenamento logístico com grilagem de terras públicas, ocupações ilícitas de áreas de preservação ambiental, legalização das terras griladas, desmatamento e impermeabilização e aumento dos riscos de inundação.

Logística X Preservação Ambiental.

ARCO METROPOLITANO - 2014



A intensificação da presença logística e da especulação imobiliária vem acelerando brutalmente o desmatamento da mata atlântica e dos manguezais do das cercanias da Guanabara na cidade



Ministério Público proibiu a extração de saibro na área.

Flagrante da retida de saibro clandestino em 2012. O maquinário estava a serviço do INEA e o caminhão a serviço da PMDC. Denúncia da Universidade Federal Rural garantiu a presença da Guarda Florestal da PMDC e a retirada foi novamente paralisadas.

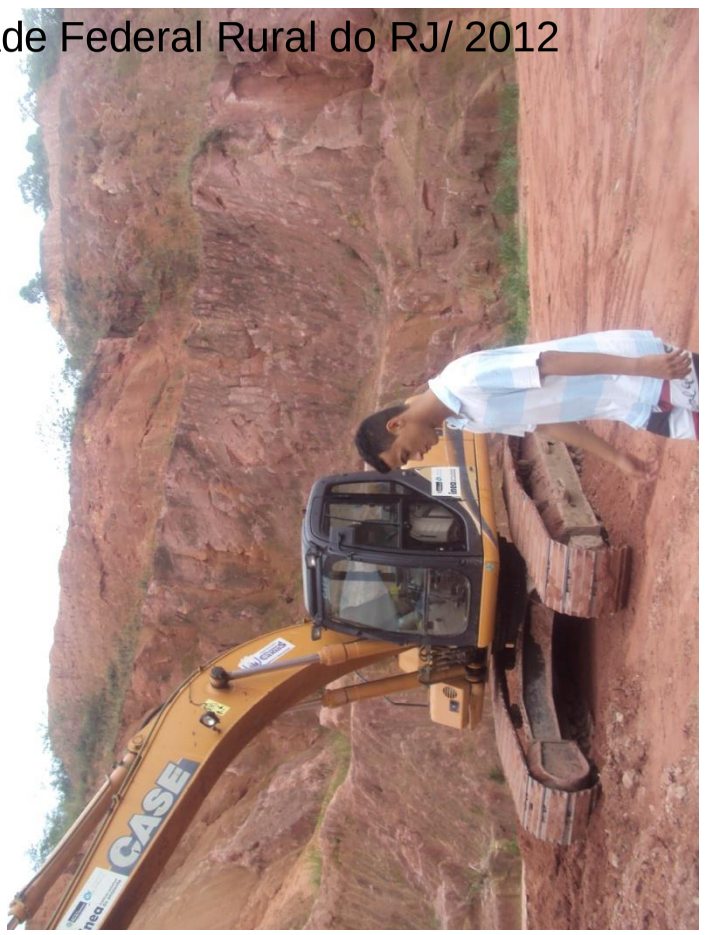




Fotografias dos alunos da Universidade Federal Rural do RJ/ 2012

Fotografias dos alunos da Universidade Federal Rural do RJ/ 2012









Fotografias dos alunos da Universidade Federal Rural do RJ/ 2012

Em 2012, o Ministério Público Federal e a TV Justiça de Brasília visitaram a APA São Bento para investigar denúncias recebidas.
O Ministério possui vários processos relativos a este território. Processo que investiga a autorização que o INEA deu para a retirada de saibro, sem ter autoridade para tal; a atuação do IPHAN junto ao patrimônio histórico nacional tombado; a venda de terras públicas pelos milicianos; o aterro da lagoa e da APA etc.

Presença do Ministério Público Federal:

O Ministério Público determinou a presença da Polícia Federal, atuou no sentido de demolir as novas casas em construção na área da APA, convocou uma ampla reunião com a sociedade civil local, com os órgãos públicos municipais, estaduais e o INCRA com vistas a pensar ações concretas para o São Bento.





Morro do Céu
Até 2009 encontrava-se totalmente preservado.
Apesar do desmatamento e avanço das ocupações ainda há o que proteger;
A recuperação de áreas degradadas é possível e necessária para combater os efeitos perversos da poluição industrial e a crise climática.

Presença do ITERJ

Topografia da área do Sambaqui feita pelo ITERJ

Início da Topografia do Novo São Bento

As ocupações realizadas na bacia do Iguaçu levou o governo do Estado do Rio de Janeiro a realizar o cadastro dos moradores, definindo as que poderiam ficar para efetivar a regularização fundiária; a definir a remoção de famílias ribeirinhas.

Denúncias apresentadas para a Ministério Público Federal

A população do São Bento e do Pilar ficam expostas a situação de riscos de acidentes industriais e de inundação. Os aterros agravam ainda mais a segurança dos moradores.

Terrenos públicos vendidos a 8, 9 e 10 mil reais em 2012. Atualmente o valor subiu para 15 mil reais com promessa de RGI (Registro Geral de Imóveis).

Caminhão de aterro custava em 2013, cerca de 800 reais. O quantitativo volumoso de caminhões que entram todos os dias asseguram um volume de recursos consideráveis. Vale lembrar ainda que a movimentação intensa de caminhões ameaçam cotidianamente a estrutura do patrimônio federal.

Água da CEDAE sendo vendida. Para acabar com a comercialização de água da CEDAE, seria necessário regularizar a distribuição.

O MPF recomendou ao ITERJ que realizasse o cadastro dos moradores, definindo as que podem ficar para efetivar a regularização fundiária e a remoção de famílias ribeirinhas em situação de risco.

No dia 7 de agosto de 2013 (Governo Alexandre Cardoso), o procurador do MPF, Dr. Renato de Freitas Souza Machado, convocou a sociedade civil e as esferas governamentais municipais e estaduais para uma reunião que se realizou na sala 605 da PR-RJ.

Solicitou que todos pensassem ações concretas para resolver a situação do São Bento: água, regularização fundiária, proteção ao patrimônio arqueológico e histórico, proteção a APA, fim dos aterramentos.

Levantou os problemas do licenciamento do Dique-Estrada que encontra-se pendente de autorização do INCRA e da APA São Bento.

Solicitou que o INEA fizesse um levantamento de todas as licenças para aterro concedidas no Campo do Bomba e na APA São Bento e fizesse uma revisão, a partir do diagnóstico ambiental, que verifique as características que levaram o Campo do Bomba a ser incluído em primeiro momento na APA São Bento, apesar de posteriormente ser excluído. Também que fosse apresentado requerimento de autorização do INCRA para o Dique-Estrada. Foi ressaltado ainda a necessidade, especialmente diante do que dispõe o art. 268 da Constituição do estado, de que os eventuais estudos ambientais para elaboração do plano de manejo da APA, também abranjam o Campo do Bomba, para fins de verificação da viabilidade de utilização deste terreno para fins pretendidos pelo município. Ata de Reunião PR-RJ.

Duque de Caxias: Construções irregulares são demolidas na APA São Bento
Jornal EXTRA, 11/10/2013, 16:16

Ação em conjunto envolvendo órgãos da prefeitura de Duque de Caxias, da Polícia Federal, Polícia Militar e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) começou nesta quarta-feira (09/10), a demolição de imóveis em construção na Área de Proteção Ambiental Municipal (APA) do bairro São Bento, determinação do Ministério Público Federal, através da Procuradoria da República em São João de Meriti. A operação foi coordenada pela secretaria municipal de Defesa Civil, a operação mobilizou equipes das secretarias de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento, Assistência Social e Direitos Humanos, Planejamento, Urbanismo e Habitação e de Políticas de Segurança, com a Guarda Municipal, e não tem prazo para ser concluída...
Trator da secretaria de Obras derruba casa que estava sendo construída irregularmente na Rua Beira Linha.





Fotos:
Letícia Passovski

A área de cerca de mais de 200 mil metros quadrados tombada como patrimônio histórico-cultural municipal abriga o Museu Vivo São Bento onde estão inseridos também a APA São Bento, o Morro da Escadaria, o bairro Novo São Bento, o Casarão do Centro Panamericano de Febre Aftosa, a Escola Municipal Nísea Vilela, o Sambaqui e o prédio da FEUDUC – Fundação Educacional de Duque de Caxias. Em visita à região no ano passado, o Ministério Público Federal (MPF) constatou “a construção de diversas novas casas, com aterro da vegetação nativa e em áreas alagadiças, sem as devidas autorizações”, diz o documento.

A APA foi criada pelo Decreto Municipal 3020/1997, objeto de cessão do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (documento 01/1999) por “apresentar características ecológicas, históricas, arqueológicas e culturais e um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica, próximo ao centro urbano do município que serve de barreira natural para poluição atmosférica”.

Aterros criminosos

No início do Mês de julho de 2015, a Prefeitura do Rio de Janeiro chegou no São Bento com vários caminhões de aterro do BRT para despejar na APA. Denunciamos a Secretaria Municipal de Meio Ambiente que enviou uma equipe que orientou a suspensão da atividades, entretanto, alguns caminhões já haviam realizado o seu trabalho.

Ficou difícil lutar contra a entrada de caminhões privados e os enviados pelo próprio poder público. Valer lembrar que o próprio INEA deu licença prévia de disposição de resíduos de construção civil (LPI Número IN001637). Ao que parece se faz necessário lembrar mais uma vez ao INEA sobre a existência da APA São Bento.

A sociedade civil reivindicou a instalação de câmeras nas três entradas da unidade de conservação, mas a SMM fez ouvidos de mercador.


12 de junho de 2014

Aterro da Área de Preservação Permanente do Rio Iguaçu: Aterro do Medina - 2015













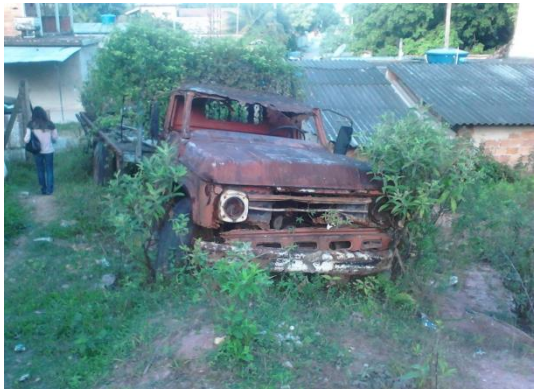


Novo Aterro da Área de Preservação Permanente do Rio Iguaçu na Comunidade do Guedes - 2017

















O Morro desmatado pela mineradora e a Barreira tornaram-se lugar para descarte de carros velhos

MPF assegura que Área de Proteção Ambiental São Bento (RJ) não sofra exploração de mineradora

16 de abril de 2018

Prefeitura de Duque de Caxias, Inea e DNMP terão que revogar autorizações de extração já concedidas

Procuradoria da República no Rio de Janeiro

Em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal julgou procedente o pedido para que o Município de Duque de Caxias, o Instituto Estadual do Meio Ambiente (Inea) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) se abstenham de autorizar, permitir ou licenciar qualquer atividade de extração mineral no interior da Área de Proteção Ambiental (APA) São Bento. Além disso, deverão cancelar ou revogar as autorizações já concedidas. Em caso de descumprimento, é estabelecida multa diária de R$ 50 mil.

Além disso, o Município de Duque de Caxias deverá promover medidas para a estabilização geológica da região, a fim de minimizar os riscos de deslizamentos / desmoronamentos, com apresentação de plano ao Inea em 30 dias**.**

Apesar de legislação municipal vedar, desde 1997, a exploração de recursos minerais na APA São Bento, foram concedidas Autorizações de Registro de licença pelo DNPM em 26/08/2005, 18/08/2006, de licenças específicas nº 022/05 e nº 024/2006 pela Prefeitura de Duque de Caxias em 01 de junho de 2005 e 26 de junho de 2006 e da Licença de Operação concedida pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), em 07 de dezembro de 2005.

As Unidades de Conservação são determinadas áreas do território nacional destinadas à proteção de seus atributos naturais e a Área de Proteção Ambiental é uma modalidade de Unidade de Conservação.



Vazamento de óleo na Bacia do Iguaçu janeiro de 2018



Multi Modal
Duque de Caxias

Avanço da logística em áreas de preservação ambiental e com a impermeabilização do solo em um território propício a inundações crônicas.

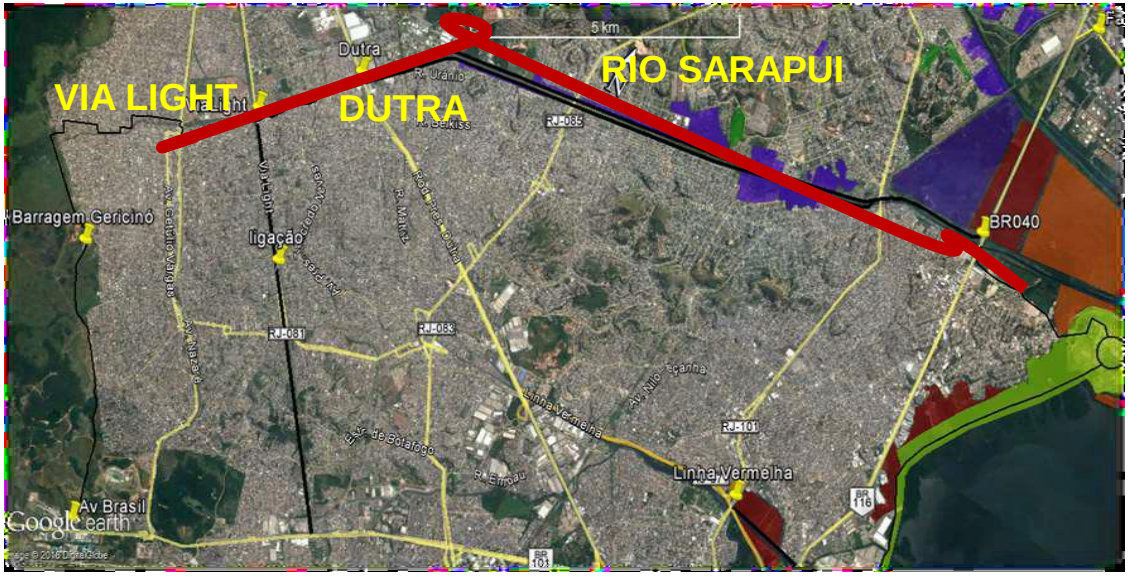
SOUZA CRUZ

SADIA

BUNGE

FUNDOS DO HOTEL BEST WESTERN





Fonte: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Modelando a Metrópole – Eixo Saneamento. 2016.







Avanço para a construção da Interbaixada
Inauguração do viaduto
7 de agosto 2020
Imagens da SMO



Agora é CEARJ

ESPAÇO
A área total do terreno é de 3.054.285,10 m². O local fica próximo da Reduc, entre os bairros de Jardim Gramacho e Campos Elíseos.

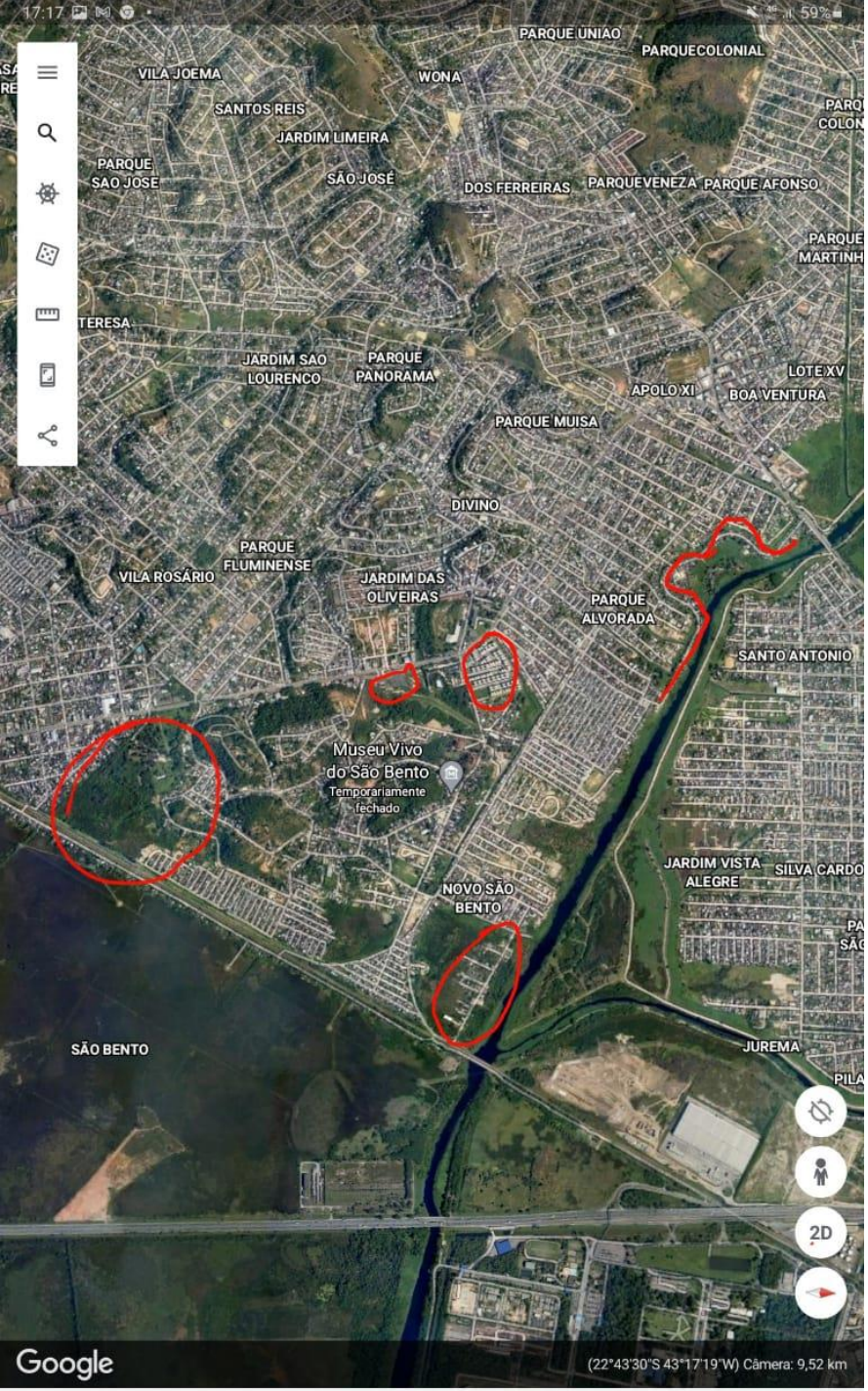
ESTRUTURA
A Prefeitura de Caxias ainda não estimou o número de vagas disponíveis para estacionamento no local. Entretanto já se sabe que serão quase **50 galpões.**

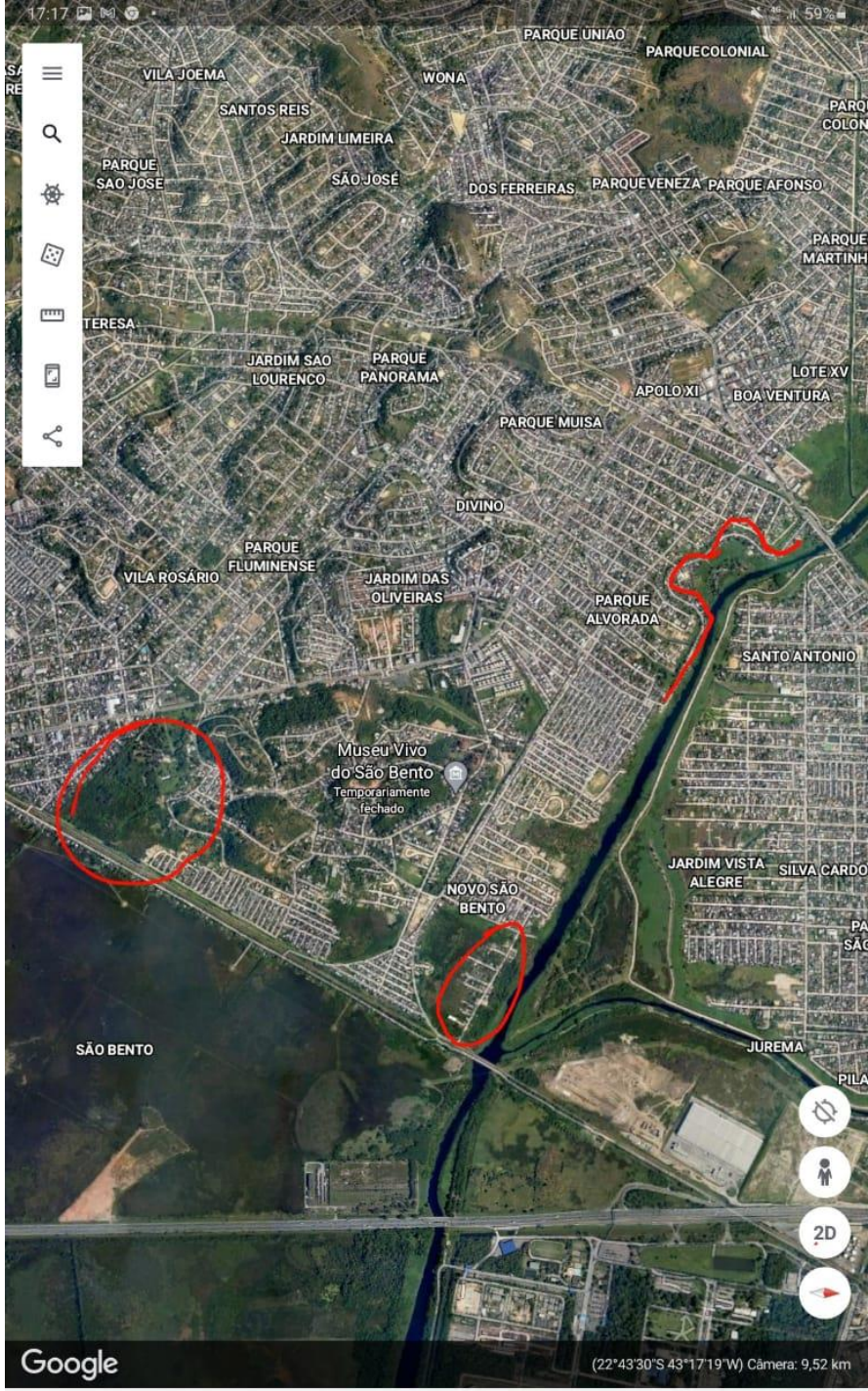
ÁREA INDICADA DA BRASRIO é área de inundação do Rio Iguaçu e do Rio Pilar. Na planta abaixo produzida pela PMDC a área da APA está ainda mais reduzida. É como existisse um terceiro decreto imaginado pela PMDC.



Diligência de 22/01/2021




17:17
59%
PARQUE UNIÃO
PARQUE COLONIAL
VILA JOEMA
WONA
SANTOS REIS
JARDIM LIMEIRA
PARQUE SÃO JOSÉ
SÃO JOSÉ
DOS FERREIRAS
PARQUE VENEZA
PARQUE AFONSO
PARQUE MARTINH
TERESA
JARDIM SÃO LOURENÇO
PARQUE PANORAMA
APOLO XI
LOTE XV
BOA VENTURA
PARQUE MUISA
DIVINO
PARQUE FLUMINENSE
VILA ROSÁRIO
JARDIM DAS OLIVEIRAS
PARQUE ALVORADA
SANTO ANTONIO
Museu Vivo do São Bento
Temporariamente fechado
JARDIM VISTA ALEGRE
SILVA CARDO
NOVO SÃO BENTO
SÃO BENTO
JUREMA
2D
Google
(22°43'30"S 43°17'19"W) Câmera: 9,52 km


17:17
59%
PARQUE UNIÃO
PARQUE COLONIAL
VILA JOEMA
WONA
SANTOS REIS
JARDIM LIMEIRA
PARQUE SÃO JOSÉ
SÃO JOSÉ
DOS FERREIRAS
PARQUE VENEZA
PARQUE AFONSO
PARQUE MARTINH
TERESA
JARDIM SÃO LOURENÇO
PARQUE PANORAMA
APOLO XI
LOTE XV
BOA VENTURA
PARQUE MUISA
DIVINO
PARQUE FLUMINENSE
VILA ROSÁRIO
JARDIM DAS OLIVEIRAS
PARQUE ALVORADA
SANTO ANTONIO
Museu Vivo do São Bento
Temporariamente fechado
JARDIM VISTA ALEGRE
SILVA CARDO
NOVO SÃO BENTO
SÃO BENTO
JUREMA
2D
Google
(22°43'30"S 43°17'19"W) Câmera: 9,52 km